



Território Federal do Amapá

DIÁRIO OFICIAL

Decreto n.º 1, de 24 de julho de 1964

Ano VIII. Números 1.606 e 1.607

Macapá, 5a. e 6a.-feiras, 19/20 de outubro de 1972

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO

O Governador do Território Federal do Amapá, usando das atribuições que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE:

Nomear, na forma do item III, do artigo 12, da Lei nº 1711, de 28 de outubro de 1954, Edvaldo Bezerra Pinto, para exercer o cargo isolado de provimento em comissão, símbolo 5-C, de Diretor da Divisão de Geografia e Estatística, do Quadro de Funcionários do Governo deste Território, a contar de 12 outubro do corrente ano.

Palácio do Setentrão, em Macapá, 18 de outubro de 1972.

Ivanhoé Gonçalves Martins
Governador

Waldemiro Demóstenes Ribeiro
Sec. de Adm. e Finanças

Gabinete do Governador

DESPACHO

No inquérito administrativo a que mandei proceder, para apurar as possíveis causas de abandono de emprego de que é acusada a servidora Maria José de Oliveira Mendes, ocupante do cargo de Professora, Auxiliar de Ensino Primário, nível 7, do Quadro de Funcionários do Governo deste Território, dei o seguinte despacho:

CONSIDERANDO:

a) — que a Comissão de Inquérito Administrativo, composta dos servidores Almerindo Lette Farias, Almoxarife, nível 14-A, Lídia Lúcia Vasques de Souza e Galileu da Silva Ferreira, ambos ocupantes do cargo de Escrevente Datilógrafo, nível 7, não obedeceu às normas regulamentares e legais que orientam a execução de inquéritos;

b) — que tal fato torna, para efeito judicial, nulo o inquérito,

RESOLVO:

a) — Anular o presente inquérito e determinar ao Serviço do Pessoal que indique novos membros para nova comissão.

b) — Repreender os servidores acima citados, pelo não cumprimento dos deveres funcionais (item VI do art. 194 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União).

Macapá, 11 de outubro de 1972

Ivanhoé Gonçalves Martins
Governador do TFA

Gabinete do Governador

DESPACHO

Na sindicância a que mandei proceder, para apurar ilícito administrativo de que é acusado o Servidor Afonso Alcântara de Carvalho, Professor do Ensino Pré-Primário e Primário, nível 11, do Quadro de Funcionários do Governo deste Território, dei o seguinte despacho:

Considerando:

— que o referido servidor é habitual em comparecer ao seu local de trabalho em visível estado de embriaguez alcoólica;

— que faz prática constante de palavras de baixo calão, ofendendo colegas, na presença de alunos, causando espetáculo altamente censurável e deprimente;

— que toma atitudes pouco louváveis em relação a professores e demais colegas e é habitual em desrespeitar superiores hierárquicos, tentando agredir fisicamente a um deles, por ofensas e atos;

— que o citado servidor já foi punido, por ter deixado de cumprir normas legais e regulamentares,

Resolvo:

Suspender por 60 dias o referido funcionário, por infrações cominadas no artigo 194, itens V e VI, e 195, item VII, do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União, e por não ter a conduta pela qual deve pautar-se o funcionário público, de acordo com o parecer do DASP (ofício 2.172, de 5/12/39).

Macapá, 11 de outubro de 1972.

Ivanhoé Gonçalves Martins
Governador do T. F. A.

— Secretaria de Obras Públicas —

Aprovo e Publique-se:

Ivanhoé Gonçalves Martins
Governador

Cópia Autêntica de Ata da reunião para licitação de preços destinada a execução de obras para a Administração territorial, conforme termos da Carta - Convite nº 24/72-SOP.

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e dois na sala do Secretário de Obras Públicas, sita à Avenida FAB, nesta cidade, perante a Comissão constituída pelos senhores engenheiros José Airton de Almeida, Douglas Lobato Lopes e Manoel Antônio Dias, presidente e membros, incumbida do recebimento e julgamento de proposta destinadas a execução de obras para a Administração territorial, compareceram os senhores João Victor Moura de Arruda, Gerente da firma do mesmo nome, Lindoval Fonseca Peres, Gerente da firma Construtora Marco Zero Ltda., Luiz Genzaga Furtado Guedes, representante de J. M. Costa, Construtora e Imobiliária & Cia e Ivanete Siqueira de Souza, representante da Construtora Brasileira Engenharia e Comércio, a fim de participarem da Licitação de preços para a execução dos serviços de reparos e pintura geral do Grupo Escolar José do Patrocínio, localizado na Vila de Fazendinha, em atenção aos termos da Carta-Convite nº 24/72-SOP. As dez horas o senhor presidente iniciou os trabalhos da Comissão recebendo-se as propostas dos licitantes as quais ofereciam o seguinte resultado:

As Repartições Públicas Territoriais deverão remeter o expediente destinado à publicação neste DIÁRIO OFICIAL diariamente, até às 13:30 horas, exceto aos sábados quando deverão fazê-lo até às 11:30 horas.

As reclamações pertinentes à matéria retribuída, nos casos de erros ou emissões, deverão ser formuladas por escrito, à Seção de Redação, das 9 às 13:30 horas, no máximo até 72 horas após a saída dos órgãos oficiais.

Os originais deverão ser datilografados e autenticados, ressalvadas, por quem de direito, rasuras e emendas.

Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais as assinaturas poderão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso prévio.

EXPEDIENTE

IMPrensa Oficial

DIRETOR

Carlos de Andrade Pontes

DIÁRIO OFICIAL

Impresso nas Oficinas da Imprensa Oficial

MACAPÁ — T. F. AMAPÁ

ASSINATURAS

Anual	Cr\$ 25,00
Semestral	« 12,50
Trimestral	« 6,25
Número avulso	« 0,30

«BRASÍLIA — Este Diário Oficial é encontrado para leitura no Salão Nacional e Internacional da Imprensa, da COOPER PRESS, no «Brasília Imperial Hotel».

Para facilitar aos assinantes a verificação do prazo de validade de suas assinaturas, na parte superior do endereço vão impressos o número do talão de registro, o mês e o ano em que findará.

A fim de evitar solução de continuidade no recebimento dos jornais, deve os assinantes providenciar a respectiva renovação com antecedência mínima de trinta (30) dias.

As Repartições Públicas cingir-se-ão às assinaturas anuais renovadas até 23 de fevereiro de cada ano e às iniciadas, em qualquer época pelos órgãos competentes.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos usem os interessados preferencialmente cheque ou vale postal.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que as solicitarem no ato da assinatura.

O funcionário público federal, terá um desconto de 10%. Para fazer jus a este desconto, deverá provar esta condição no ato da assinatura.

O custo de cada exemplar atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa acrescida de Cr\$ 0,01 se do mesmo ano, e de Cr\$ 0,02 por ano decorrido.

G. E. José do Patrocínio

Firmas	Proposta Cr\$	Prazo Dias
Construtora Marco Zero Ltda.	66.350,70	90
Const. Brasileira Eng. Comércio	73.733,20	80
J. M. Costa, Const. Imob. & Cia	75.158,20	90
João Victor Moura de Arruda	55.285,00	75

De acordo como se verifica pelo quadro acima a mais vantajosa foi a proposta oferecida pela firma João Victor Moura de Arruda, a qual será submetida a superior apreciação do Exmo. Sr. Governador do Território. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que segue datada e assinada pelos presentes.

Macapá, 21 de setembro de 1972

- a) José Airton de Almeida
- « Manoel Antônio Dias
- « Douglas Lobato Lopes
- « Lindoval Fonseca Peres
- « Luiz Gonzaga Furtado Guedes
- « Ivanete Siqueira de Souza
- « João Victor Moura de Arruda
- « Délcio Ramos Duarte

Central Açucareira do Amapá S.A.

Aviso aos Acionistas

Acham-se à disposição dos srs. Acionistas, na sede social, na Avenida Iracema Carvão Nunes nº 196, nesta cidade, os documentos a que se refere o artigo 99 do decreto-Lei nº 2.627, de 1940, relativos ao exercício social encerrado em 31 de agosto de 1972.

Macapá, 5 de outubro de 1972.

Hermelino Herbster Gusmão
Diretor

Agencia da Capitania dos Portos do Estado da Pará e Amapá, em Macapá

TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/1972

A Agencia da Capitania dos Portos do Estado do Pará e Amapá, em Macapá, chama a atenção dos interessados para o Edital de Tomada de Preços nº 0001/1972, relativo a construção da Agencia-Residência da Capitania dos Portos do Estado do Pará e Amapá, em Macapá, com 692,3150m2 de área.

O Edital acha-se afixado em Quadro de Avisos desta repartição, com sede na Avenida Independência, nº 140, esquina com a Rua Padre Júlio Maria Lombaerd, e poderá ser obtido juntamente com cópias das plantas e especificações, mediante indenização de Cr\$-50,00, no horário de 09:00 às 17:00 horas diariamente.

A abertura das propostas será no dia primeiro de novembro do corrente ano, às 09:00 horas, no local acima indicado.

Macapá, 16 de outubro de 1972.

Raimundo Silva Pereira
Primeiro-Tenente (AM), Agente.

Atlântico Industrial S/A

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Cumprindo determinação legal e estatutária, apresentamos a vossa consideração, o resultado obtido durante o exercício de 1971.

O movimento geral dos nossos negócios não foi satisfatório e progressista como esperávamos, motivado por uma série de fatores os quais passaremos a citar apenas os mais importantes: a) Crise mundial do Dólar Norte-Americano, como sabeis o mercado com que trabalhamos é o dos Estados Unidos da América do Norte; b) Greve Geral dos Estivadores e Portuários dos Estados Unidos; c) Redução da nossa linha de produção em face dos fatores acima mencionados, além desses fatores teríamos outros a citar, porém deixamos de o fazer por serem de menor importância. Entretanto isto não nos desanimou e no próximo exercício com maiores perspectivas recuperaremos o prejuízo deste.

Mesmo assim, sugerimos à Assembléia Geral para distribuição de um Dividendo de 12% (doze por cento) sobre o capital de Cr\$ 70.000,00 aos senhores acionistas.

A Assembléia Geral Ordinária para a apresentação destas contas, será realizada no dia 30 de março de 1972, às 15 horas, e nela apresentaremos com detalhes estes e outros assuntos de interesse social.

Aproveitamos esta oportunidade para agradecer a todos os acionistas e em especial aos membros do Conselho Fiscal pela grande cooperação e apoio que deles recebemos, e que muito tem contribuído para o engrandecimento desta sociedade.

Macapá, 31 de dezembro de 1972

Sebastião José dos Anjos Leitão
Diretor-Presidente

José Rodrigues Leitão
Diretor-Tesoureiro

Domicílio dos Anjos Leitão
Diretor-Comercial

Atlântico Industrial S. A.

Balanço Geral Procedido em 31 de Dezembro de 1971

A T I V O

IMOBILIZADO

Ferramentas	912,50	
Máquinas e Equipamentos	222.653,72	
Móveis e Utensílios	6.404,00	
Instalações Portuárias	36.762,70	
Instalações Elétricas	521,24	
Embarcações	6.300,00	
Projeto de Reflorestamento	7.000,00	
Instalações Telefônicas	390,00	
Imóveis	80.273,91	
Veículos	40.181,44	401.399,51

DISPONÍVEL

Caixa	11.388,77	
Banco do Brasil - c/Dep. - BEL	5,71	
Banco do Brasil - c/Dep. - MCP	294,20	
Banco da Lavoura - c/Dep. - BEL	42,93	
Banco da Bahia - c/Dep.	217,76	
Banco Comercial da Produção - c/Dep.	44.065,31	
Banco da Lavoura - c/Dep. - MCP	31.150,83	87.165,51

REALIZÁVEL A CURTO PRAZO

Produtos Industrializados	192.060,00	
Matéria-Prima	41.084,00	233.004,00

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Contas-Correntes - Pinheiro Madeiras Ltda.	40.000,00	761.649,02
--	-----------	------------

P A S S I V O

NÃO EXIGÍVEL

Capital	70.000,00	
Fundo de Reserva Legal	19.916,08	
Fundo de Depreciação	17.524,04	
Lucros Suspensos	132.048,49	239.488,61

EXIGÍVEL A CURTO PRAZO

Promissórias a Pagar	26.000,00	
Duplicatas a Pagar	12.452,34	
Saque Sobre o Exterior	288.870,49	
Banco Comercial da Produção - c/Adiant ^o	147.384,00	
Dividendos a Pagar	8.400,00	
Contribuições Sociais a Pagar	11.126,22	
Obrigações Tributárias a Pagar	276,16	494.509,21

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Cia. Real de Investimentos - c/Financ.	27.651,20	761.649,02
--	-----------	------------

Macapá (AP), 31 de dezembro de 1971

Sebastião José dos Anjos Leitão

José Rodrigues Leitão

Domicila dos Anjos Leitão

Maria José de Souza Cruz
Tec. Cont. CRC - Pa. - 0819
DEC - 102.400

Atlântico Industrial S.A.

Demonstração da Conta Lucros e Perdas

D É B I T O

Despesas de Administração	43.247,09
Despesas Comerciais	95.446,92
Despesas Financeiras	60.492,68
Despesas Fiscais	4.652,44
Banco do Brasil c/F.G.T.S.	250,73
Previdência Social	22.845,25
Salário-Família	915,84

Distribuição do Lucro

Fundo de Reserva Legal	7.405,22	
Dividendos	8.400,00	
Lucros Suspensos	132.048,49	147.853,71
TOTAL		<u>375.704,66</u>

C R É D I T O

Produtos Industrializados	183.615,61
Lucros Suspensos	192.089,05
TOTAL	<u>375.704,66</u>

Macapá, (Ap), 31 de dezembro de 1971

Sebastião José dos Anjos Leitão José Rodrigues Leitão Domicila dos Anjos Leitão

Maria José de Souza Cruz
Tec. Cont. CRC — PA. — 0819
DEC — 102.400

Parecer do Conselho Fiscal

Os abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da Atlântico Industrial S.A. — AISA, tendo examinado minuciosamente o Balanço Geral, Conta de Lucros e Perdas, e todos os livros e demais documentos da Contabilidade, tendo ainda acompanhado todo o inventário de todas as mercadorias existentes em todos os departamentos, encontrando tudo em perfeita ordem inclusive os lançamentos devidamente atualizados, recomendam aos senhores acionistas a aprovação de todas as contas e demais atos praticados pela Diretoria no decorrer do exercício de 1971.

Macapá, 31 de dezembro de 1971.

- a) José de Matos Costa — membro
- a) Lourenço Tavares de Almeida — membro
- a) Walter Banhos de Araújo — membro